

11/9/81

Aprender dos fracassos do CAIL

Sem verdade não avançamos

por António Souto

Já foi aqui dito que, na Agricultura uma questão central é descobrir a verdade. Alguém disse também que só a verdade é revolucionária. Não podemos avançar no caminho da nossa Revolução sem ela — comentou o Secretário de Estado para a Região do Limpopo e Incomati, Rui Gonzalez antes de tecer algumas considerações no relatório apresentado pela direcção do CAIL na reunião de balanço às suas actividades no último semestre.

Rui Gonzalez adiantou ainda que um ponto importante é que tenhamos uma atitude crítica sobre o que foi de facto a campanha 80/81 em que ressaltam uma série de problemas.

O esforço de análise para detectar com clareza os problemas que conduziram ao fracasso do CAIL, particularmente nas duas últimas campanhas, constituiu uma orientação traçada pelo Secretário do Comité Central para a Política Económica do Partido FRELIMO, Marcelino dos Santos ao iniciar a reunião. Como na ocasião sublinhou trata-se de aprender dos fracassos tidos neste empreendimento para se poder prosseguir de modo mais seguro o processo de socialização do campo.

Neste contexto, a direcção do CAIL apresentou o seu relatório numa longa exposição que se prolongou por mais de cinco horas.

Após uma introdução de carácter histórico que procurou situar o nascimento do CAIL a partir do antigo colonato do Limpopo, fez-se um breve resumo das actividades nas campanhas anteriores.

Sobre o ponto central, as actividades na campanha 80/81, o relatório fazia uma minuciosa exposição dos três ramos de actividade: agrícola, pecuária e indústria. Acrescentava-se a isto algumas conclusões finais.

Neste documento inúmeras foram as falhas referidas.

Afirmou-se que o aprovisionamento em peças sobressalentes não foi regular nem feito com oportunidade. Acrescentou-se que o plano de aprovisionamento dos factores de produção, nomeadamente adubos, pesticidas... não foi integralmente cumprido...

Quelhou-se também o facto de a falta de uma carta de solos da área do CAIL levarem a seguir ainda o método empírico na adubação.

Quanto à sementeira disse-se que não foi cumprida em termos de prazo estabelecido... muito embora se tenha semeado o total das áreas preparadas mas em Janeiro/Fevereiro. Logo de seguida reconhecia-se porém que a sementeira tardia de Janeiro/Fevereiro resultava inadequada pois o afilamento do arroz não se dá...

A rega foi deficiente tanto por insuficiência de água algumas vezes como nos meses de Novembro a Dezembro como ainda por razões de desnivelamento do terreno, não se cumprindo com as normas da rega...

A protecção fitossanitária, bem como praticamente todas as outras actividades agro-técnicas não escaparam igualmente a falhas por «faltas». O programa de protecção fitossanitária foi elaborado para todas as culturas não sendo, porém, tão eficiente ou por falta de produtos químicos ou por chegada tardia dos mesmos... No caso da cultura do arroz o deficiente aprovisionamento em produtos químicos, por um lado, e a dificuldade de mobilização de mão-de-obra para a monda manual que, por outro lado, se fez sentir, levou-nos a recorrer a soluções menos aconselháveis...

O documento prosseguia referenciando inúmeros outros problemas sempre com o tom das «faltas». As causas dos problemas eram de modo simples e directo apontadas as falhas que ultrapassam o CAIL. Ausência disto ou daquilo explicava as mais diversas situações.

Já no capítulo dedicado às conclusões o documento informava que a divulgação do Plano ao nível dos trabalhadores contribuiu para que todos os níveis houvesse um melhor acompanhamento e a todos permitisse conhecer a tarefa para além de assumir,

controlarem a execução do plano. Logo da seguida acrescentava-se porém que a fase em que se realizou a divulgação (do Plano) já a campanha da cultura do arroz tinha começado há quatro meses.

Além de uma insuficiente análise crítica às causas dos problemas que não permitia uma avaliação exacta das consequências daí resultantes, bem como a determinação da importância relativa de cada um dos problemas no contexto geral, o relatório levantava novas dúvidas como a que acabámos de expor respeitante à mobilização dos trabalhadores na perspectiva do Plano.

Dadas as limitações do relatório no levantamento dos problemas reais que afectam o CAIL as intervenções da ampla e diversa assembleia de participantes à reunião procurou questionar alguns outros aspectos.

A situação que o arroz apresentava em Abril era: «C4-63» já espigado, perto da colheita e o «chibissa» já com 60 a 70 dias algum e o mais novo por volta de 45 dias. Todos os que já alguma vez semearam arroz conhecem perfeitamente bem que a colheita de arroz se decide, tal como em todas as culturas anuais, no primeiro terço de vida da planta. Logo, o arroz decide-se nos primeiros 45 dias — disse um dos participantes.

Com base numa estimativa feita em Abril — acrescentou — uma estimativa feita como o indicam todas as normas científicas, com todo o rigor, onde apenas se admite uma falha de mais ou menos 5 por cento, calculou-se que a produção seria de cerca de 38 mil toneladas. O que aconteceu de Abril até ao fim da campanha para se ter colhido apenas 25 mil toneladas?

Esta questão e algumas outras levantaram uma série de perguntas a que o relatório não dá resposta concisa. O director do CAIL disse à nossa reportagem que, eventualmente, na estimativa houve um erro por se ter feito o cálculo contando com arroz de semente degenerada que nada iria produzir.

A argumentação em torno desta quebra foi diversa apontando-se uma série de factores de ordem técnica, incluindo uma relativa elevada pluviosidade em Maio. O que é certo é que esta diferença em relação ao que se esperava da produção do CAIL a partir de Abril, e não comparando já com o estabelecido no PEC/81, esta diferença de 13 mil toneladas significa em termos de economia nacional cerca de 200 mil contos. O representante da Comissão Nacional do Plano presente à reunião chamou à atenção para a dificuldade de se poder planificar a economia do País com falhas deste tipo.

Os debates em torno de pontos controversos como esta e outros não foram por

vezes, tão concludentes como seria útil. O que é um facto é que dias depois da ceifa a população da zona começou a passar os milhares de hectares do CAIL a pente fino. No momento em que decorria a reunião vimos mulheres que, numa manhã, apanhavam do solo mais de 15 quilos de arroz ali caído por deficiências na ceifa.

No final do debate Rui Gonzalez disse que na perspectiva da SERLI o problema central se fixa no incumprimento de um calendário agro-técnico.

Verificamos que quer nesta campanha, quer na campanha anterior do facto a sementeira atrasou e essa é a causa próxima de insucesso que se verificou — acrescentou sublinhando, no entanto, que se tratam apenas de causas próximas.

Estes atrasos foram explicados a partir dos problemas relacionados com maquinaria, falta de controlo e gestão e outros a que já nos referimos em edições anteriores.

Dos outros factores apresentados e referidos queríamos salientar também a questão da ceifa. Parece-nos que o próprio relatório mostra claramente que não foi feita a planificação que era necessário fazer... se houve chuva talvez não tenha sido apenas a chuva o factor e, talvez, não o factor fundamental — acrescentou.

Subsistiram assim ainda algumas dúvidas. Delas destacam-se sem dúvida o lugar que neste grande empreendimento ocupa a transformação do homem. No relatório apresentado, a questão fundamental das implicações da monocultura no padrão de absorção de mão-de-obra e das limitações a uma participação efectiva dos trabalhadores em regime sazonal na vida do complexo nada consta em nenhuma das páginas daquele documento.

Mesmo que amanhã a mobilização dos trabalhadores não assumirá das tarefas do Plano não se faça apenas quatro meses depois de iniciada a campanha estes, que são apenas sazonais, não poderão ser abrangidos por tal mobilização. E, convenhamos, que quando se trata de um grupo de trabalhadores cujo número é cerca de três vezes mais do que os efectivos, são de facto um numero demasiado significativo para ficarem de fora do que diz o plano e que eles têm de realizar.

Assim, para se poder valorizar a experiência e ensinamento proporcionados por este encontro que teve lugar no Chikwé, o Secretário da Política Económica, Marcelino dos Santos disse:

Gostaríamos que na base do próprio relatório que o CAIL fez a partir das reuniões que teve e agora complementadas por esta nossa reunião, que os nossos companheiros pudessem registar de uma maneira mais completa ainda o balanço da campanha 80/81.